

Orcamento de 88 ficará com conta centralizada

16 DEZ 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

Duas grandes alterações no orçamento da União para o próximo ano foram divulgadas ontem pelo secretário de Orçamento e Finanças (SOF) da Seplan, Márcio Reinaldo Bias Moreira. A primeira delas é o início da centralização das contas, o que facilita a aplicação dos recursos, e a outra é a volta da reserva de contingência, que vinha sendo reduzida nos últimos anos.

O orçamento da União para 88 foi reajustado em 120%, que é a perspectiva de inflação que está sendo utilizada pelo Governo, e foi feito com base numa estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 6%. No ano que vem, o Governo terá um novo déficit nos gastos públicos, e o orçamento elaborado pela SOF, já aprovado pelo Congresso, estima esse déficit em 1,27% do PIB. Somado aos gastos previstos para os Estados e municípios (0,72%), o déficit total crescerá para 2% do PIB.

O projeto de lei pelo qual foi encaminhado em agosto, ao Congresso Nacional, o orçamento da união, não foi aprovado pelos parlamentares. O primeiro orçamento previa uma inflação de 60% em 88, seguindo o que deter-

minava o Plano de Controle Macroeconômico. Os membros da comissão mista do Congresso que estudam o orçamento resolveram rejeitar a proposta por considerar irreal a perspectiva de inflação, segundo informou Márcio Bias Moreira. Levaram a questão ao presidente Sarney afirmando que, se aquele orçamento fosse aprovado, já estaria defasado logo no primeiro semestre do próximo ano.

Após novos estudos pela SOF, em conjunto com os ministérios da Fazenda e do Planejamento, foi utilizado um índice de 120% como perspectiva da inflação, mas foram feitas, também, algumas alterações com relação, à proposta original. A principal, e que chamou mais atenção, foi o aumento nos encargos gerais da União (EGU), que subiram de 58 bilhões de cruzados (no primeiro orçamento), para 635 bilhões, na segunda proposta.

Márcio Bias Moreira informou que esse aumento foi fruto da inclusão, nos EGU, de despesas que se encontravam nos ministérios e que, por questão de prazo para aprovação da nova proposta, não teriam tempo para serem alteradas.